

## A RELIGIÃO EM UM MANDATO PARLAMENTAR

Caroline Mendes dos Santos  
carolinemdossantos@gmail.com  
FAPESP  
UFSCar  
Graduação

O foco de minha pesquisa é a atividade parlamentar de um vereador que se elegeu com a *bandeira política* da educação, isto é, sem vinculações com religiões ou igrejas. Porém, são nítidas em seu cotidiano demandas sociais encaminhadas ao mandato, por meio de entidades religiosas.

Palavras-Chave: política, religião, mandato parlamentar.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é etnografar o cotidiano político de um parlamentar e a sua relação com uma parcela religiosa da *população*<sup>397</sup>, além de observar os simbolismos religiosos nas sessões e nos espaços públicos da Câmara de Vereadores<sup>398</sup>. Foram três meses de pesquisa de campo realizada este ano tendo a Câmara Legislativa como o lócus privilegiado de minhas observações. É importante que se destaque que o foco deste trabalho nunca foi à religião, porém no decorrer do campo observei essa esfera entrelaçada ao Estado e a própria política. Sendo assim, julguei, ser necessário tratar sobre esse tema. Esta é, portanto, minha primeira tentativa de se produzir um trabalho no âmbito da política e da religião.

O entrelaçamento entre política e religião certamente não é um tema novo na ciência social, tendo ganhado grande destaque a partir da década de 1980 quando os evangélicos entraram de vez na política (Freston, 1993). A revelia deste debate, a especificidade deste trabalho reside no entendimento de que o Estado e a política nunca estiveram tão longe da religião.

### RITUAIS DE ESTADO

---

<sup>397</sup> Na pesquisa produzida por Kuschnir (2000a) *população* e *eleitores* são sinônimos na linguagem dos vereadores da Câmara Municipal do RJ. No caso estudado por mim o segundo termo não é enunciado. Por essa razão todas as palavras destacadas com *itálico* tratar-se-ão de vocabulário nativo, com exceção das palavras em línguas estrangeiras.

<sup>398</sup> Câmara dos Vereadores, Câmara Legislativa, Câmara Municipal, simplesmente Câmara ou Casa (com a primeira letra maiúscula e em *itálico*) são alguns dos termos usados por meus intervenientes e que também serão usados por mim como sinônimos.

Juristas e teóricos acreditam que a separação da esfera pública da privada deve existir para impedir certos vícios. A expressão “Estado Laico”, em sentido amplo, se refere a um Estado em que a convicção de todos tem o mesmo peso, por isso ele é secular, neutro, imparcial, indiferente e não confessional. A laicidade estatal basicamente é a separação da religião e do Estado, isto é, um não deve interferir no campo de atuação do outro. No dicionário de língua portuguesa, laico significa oposição a eclesiástico (Pertencente à Igreja ou ao clero)<sup>399</sup>. Porém, Revière (1989) tenta demonstrar que existe uma sacralidade nos cerimoniais promovidos pelas instituições estatais. Ademais, os “rituais de Estado” das sociedades modernas do Ocidente podem ser pensados como uma espécie de religião de Estado. Depois da Revolução Francesa algumas características religiosas ganharam certos contornos nacionalistas como o culto a bandeira, ao hino nacional, aos protocolos e a expressão “Viva a Nação” substituiu o “Viva o Rei” (Pinto, 2013).

Apenas uma olhada no calendário e perceberemos que os feriados comemorativos de Natal, Ação de Graças (EUA), Corpus Christi entre outros remetem a religiosidade, no entanto, são fixados e permitidos pelo próprio Estado por meio de lei<sup>400</sup>. Dos sete feriados nacionais (1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 2 de novembro, 15 de novembro, e 25 de dezembro) três são cristãos. Além desses já mencionados, os municípios têm outros feriados, geralmente o aniversário do município de caráter civil e outro de seu padroeiro de caráter religioso.

A Câmara dos Vereadores lugar público por excelência não apenas segue o calendário cristão, com seus feriados religiosos como dentro das próprias dependências da *Casa* legislativa há uma ampla linguagem religiosa (cristã). As Sessões Ordinárias seguem uma espécie de ritual estabelecida pelo seu próprio Regimento. Na qual se segue o Expediente fazendo chamada dos vereadores, audição dos hinos Nacional e Municipal, votação da ata da penúltima sessão, leitura de votos de pesar e um minuto de silêncio, além das referências religiosas: leitura de versículo da Bíblia e a evocação da proteção de Deus antes do início da Sessão. Ainda na plenária, local em que são realizadas as sessões, há um crucifixo que fica

---

<sup>399</sup> Dicionário *on line* Michaelis <Laico>, Acessado em 11 de Novembro de 2014.

<sup>400</sup> <Lei nº 10.607 de 2002>. Acessado em 11 de Novembro de 2014.

atrás da Mesa Diretora de frente ao público presente. Curiosamente esse simbolismo fica a baixo da expressão em latim “LEX” (Lei). Essa característica “religiosa do Estado”, como se sabe, não é de exclusividade do Brasil (muito embora nos países do Oriente Médio esses simbolismos estejam muito mais explícitos), em países como os Estados Unidos as notas de dólares trazem grafada a expressão “*In God We Trust*”, assim como no Brasil com os dizeres “Deus seja louvado” desde 1986<sup>401</sup>.

Apesar de uma aparente contradição do Estado, podemos dizer que essas características não podem ser vistas como um Estado fraco e desviante, pois o Estado possui suas características simbólicas, ele é laico e religioso ao mesmo tempo (Pinto, 2013), assim como é público e privado não podendo separar família/parentesco de política. O que quero expressar é que devemos observar o Estado por meio do que se pratica e não por categorias de análises políticas que costumam engessa-lo.

## AS DEMANDAS SOCIAIS E CULTURAIS

Ostentar imagens religiosas e evocar a palavra de Deus em um discurso e atender padres e pastores, não é uma incumbência exclusiva de parlamentares ligados às igrejas católicas e evangélicas. No gabinete de Renato<sup>402</sup> também consta um crucifixo, e em seu discurso a palavra família e o pedido de proteção de “Deus” são enunciados. Claro que suas declarações são menos fervorosas do que os vereadores que estão lá pela representatividade religiosa. Porém, elas existem e tais observações não foram descartadas por mim.

Como em grande parte dos gabinetes legislativos a *população* é um importante agente que está presente frequentemente à procura dos políticos, no caso do gabinete que faço pesquisa, demandando apoio pessoal ou coletivo. Esses apoios constituem-se em muitos casos de 1. Ajuda considerada simples, em que o vereador não é sequer mencionado, 2. Acesso (a informações, a pessoas e a coisas) ou pedido de soluções de problemas que o vereador, em sua posição, dispõe, e 3. Pedidos por intermédio de emendas parlamentares.

---

<sup>401</sup> Decreto do até então Presidente da República José Sarney.

<sup>402</sup> Nome fictício.

No primeiro tipo de atendimento não há necessidade da presença do vereador, porque não se trata de assuntos que exijam dos acessos ou do conhecimento jurídicos que o vereador possui. É o caso, por exemplo, de elaboração de currículo, cópia de documentos e informações referentes a obrigações do poder executivo. Nos casos em que se fala do vereador, a relação entre o político e a pessoa vem de pedido feito anteriormente muitas vezes relacionado ao terceiro tipo de atendimento.

Embora o vereador não possa por si só resolver o caso de todas as pessoas que o procuram, é inegável que ser vereador dá “acessos que não têm preço” (para usar os termos de Kuschnir (2000b)), ou seja, seu trabalho como parlamentar possibilita uma relação mais próxima com algumas secretarias do que propriamente as pessoas que necessitam desses serviços. É em decorrência desses acessos que as pessoas o procuram. São comuns as dúvidas em relação à distribuição de medicamentos, cestas básicas, lista de espera em vagas de escolas e creches, cirurgias e exames, entre outros serviços prestados pela prefeitura. Mas é importante frisar que nem todo o acesso é decorrente do mandato parlamentar, muitos o procuram por conhecê-lo do cargo que tinha na Secretaria de Educação trabalhando como diretor.

Por fim, no caso de emendas parlamentares é necessário um ofício e uma reunião agendada com o parlamentar na qual o solicitante discorre sobre a importância do projeto (a depender do tipo de demanda) e pergunta formalmente se é possível a contribuição do vereador. Em alguns casos a resposta vem de imediato. Em outras situações há a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a distribuição do dinheiro e do valor pedido. Neste segundo ano o vereador optou até o momento em ajudar entidades filantrópicas e assuntos relacionados à saúde e a educação. Mas grande parte de alguma maneira estão vinculados às entidades religiosas. As demandas vêm de padres, pastores e *amigos* que colaboram ou são os responsáveis pelas entidades.

Como podemos destacar os atendimentos relacionados a questões religiosas são para Renato, questões sociais e culturais. De toda sua emenda parlamentar, Renato destinou grande

parte de todo esse dinheiro à “Companhia de Santo Reis”, ao “Salesianos” e à quermesse, paróquias e demais festejos religiosos<sup>403</sup>.

A questão da representatividade foi percebida inúmeras vezes por mim no discurso dos meus intervenientes de maneira clara e objetiva quando Renato destacou, em uma conversa informal com outros vereadores, que a Câmara Municipal é o espelho da sociedade, pois ali estão representadas todas as esferas de interesse dela. Com essa ideia de representação, percebemos que o trabalho legislativo e o atendimento à *população* são focados em questões educacionais (*bandeira de campanha*) e projetos sociais e culturais. É importante salientar, que não se trata de dizer se os eleitores concordam com tal pressuposto quanto a suas escolhas eleitorais, pois o objetivo desse trabalho é dar um estatuto teórico para as falas e atitudes de Renato. Porém, mesmo sem reunir dados que possam compreender como a *população*, que procura os vereadores, pensa a democracia representativa, ficou evidente, no período em campo, que essas pessoas procuram o vereador que mais próximo esteja de suas necessidades e valores. Por exemplo, é mais corriqueiro que munícipes evangélicos procurarem vereadores evangélicos para ouvir e/ou solucionar suas queixas, do mesmo modo é perceptível que Renato recebe uma grande demanda da *população* em geral é oriunda de assuntos que se referem à educação. No entanto, é suficientemente extensa a literatura antropológica para se garantir que não é uma simples noção de representatividade que une políticos a eleitores e vice-versa. Por essa questão, as demais emendas parlamentares que o vereador dispõe foram destinadas aos distritos do município, entidades/instituições educacionais e de saúde. Ademais, no que se refere às proposições legislativas por haver contato mais direto com a *população* vinculada ao setor educacional, as indicações referentes às execuções do poder legislativo se alinham também a questões educacionais, tais como limpeza, reparos e manutenção de obras relacionadas a creches e escolas municipais. Fato diferente ocorre com um vereador do PMDB assumidamente defensor de bandeiras religiosas que ocupa grande parte do seu trabalho legislativo tratando de temas religiosos, como entregando moções e projetos de leis de nomeação religiosa a espaços públicos.

---

<sup>403</sup> Além de colaborar com emendas o vereador comparece a esses eventos e festas, na maioria das vezes acompanhado de sua família.

Renato não é o único vereador defensor de causas diversas que contribui com esses eventos religiosos, no entanto sua percepção em relação a elas parece ser distinta de vereadores que são representantes religiosos. O parlamentar tem como discurso que tais eventos são de cunho cultural e as entidades religiosas prestam obras sociais importantes. Por outro lado, o parlamentar do PMDB demonstra mais importância ao caráter religioso dos eventos que promove com suas emendas parlamentares, tais como a defesa da família tradicional, da moral e dos valores cristãos.

## CONCLUSÃO

Muitas pesquisas abordaram a relação entre religião e política, por meio da presença do religioso no espaço público principalmente políticos ligados à bancadas religiosas no poder legislativo. O modo mais evidente de demonstrar que não é necessário representar uma bandeira religiosa para se inserir nesse domínio, foi observar o atendimento às entidades e à população por meio de um político sem vínculos diretos com igrejas ou religiões.

Aparentemente todos os vereadores são influenciados pelas questões religiosas, pois *ter fé* parece ser um requisito importante no discurso político independentemente da bandeira política que o parlamentar levanta em campanha e durante o mandato.

## BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. Em nome das “bases”. Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- FRESTON, Paul. 1993. Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao impeachment. 1993. 303p. Tese (doutorado em Sociologia) – Campinas. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- HEREDIA, Beatriz. 2002. “Entre duas eleições: Relação político-eleitor”. In: Beatriz Heredia; Carla Teixeira; Irllys Barreira (Org.). Como se fazem eleições no Brasil?. 1ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará. pp. 17-38.
- KUSCHNIR, Karina. 2000a. Eleições e representação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política.

\_\_\_\_\_. 2000b. O cotidiano da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

PINTO, Danilo César Souza. 2013. Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado. Tese de Doutorado, UFSCar-PPGAS.